

ECONOMIA POLÍTICA E IMPRESA: O BRASIL EM 1989

Fausto Cheida Curadi ¹

Resumo: Este trabalho objetivou investigar uma possível divulgação do neoliberalismo através das páginas amarelas da revista *Veja*, no período de 1989, marcado pela primeira eleição direta para Presidente da República desde a Ditadura Militar. O intuito foi verificar como essa ideologia foi ganhando a aceitação dos veículos da imprensa. Assim, uma vez o neoliberalismo tendo sido incorporado no país, seu receituário acabou por orientar as políticas de desenvolvimento, e isso tanto a nível nacional quanto regional. A década de 1980 possui o rótulo de “década perdida”. Tal chavão surge predominantemente da área econômica, devido aos inúmeros problemas da agenda nacional. Entretanto, esta década também foi palco de mudanças políticas relevantes em nosso país como o fim do regime militar e a promulgação de uma nova constituição. Esse período também é pontuado pela crise do socialismo e pela expansão do receituário neoliberal pelo globo, através do Consenso de Washington e dos órgãos internacionais, notadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI). O método de pesquisa utilizado foi a leitura e análise das páginas amarelas da revista *Veja* publicadas em 1989. Este trabalho irá contemplar, das vinte e quatro entrevistas efetuadas, três delas: Otávio Bulhões, Roberto Campos e Jeffrey Sachs. A escolha se deu por todos serem renomados economistas, com participação e aconselhamento nacional e internacional. A pesquisa sugere que a revista concedeu mais espaço a personalidades aderentes a correntes liberais, inclusive, conduzindo perguntas e distorcendo informações e notícias das áreas progressistas, sabotando qualquer suposta imparcialidade na publicação de ideias.

Palavras Chaves: Neoliberalismo. Desenvolvimento. *Veja*.

INTRODUÇÃO

O capitalismo, como sistema econômico hegemônico global, saiu triunfante ao término da Guerra Fria, representado em 1989, com a queda do muro de Berlim e em 1991, com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Desde então, sem mais ter o seu maior contraponto, o capitalismo ficou cada vez mais liberalizado, desregulado e flexível (SACHS, 1997).

Como resultado, em 1989, aconteceu o Consenso de Washington (CW), uma cartilha instituída por uma gama de economistas internacionais, admitindo que ali estariam todas as normas e assertivas acerca dos fundamentos para uma economia que desejasse banir as crises fiscais e alcançar o crescimento sustentável. Liberalização financeira, abertura comercial,

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR-FURB), especialista em Finanças e Controladoria (INPG-BNU) e bacharel em Ciências Econômicas (UFSC). É bolsista da CAPES. E-mail: fcuradi@gmail.com

privatizações das estatais e controle severo das contas públicas. Todos os preceitos do documento desfrutaram do apoio amplo e irrestrito do Fundo Monetário Internacional (FMI).

No Brasil, essa cartilha foi seguida à risca pela gestão Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Fernando Henrique Cardoso, em algumas obras produzidas após vários anos afastado da presidência, justificou as políticas econômicas do período como partes de um projeto de modernização, inferindo que a globalização abriu possibilidades para o Brasil, “desde que [o país] se ajustasse” e que ela (a globalização) “é a maneira contemporânea de organizar a produção com base em novas tecnologias e novas formas” (CARDOSO, 2015, p.128).

Levando em consideração essa mudança brusca nas políticas econômicas, nos questionamos quais canais de comunicação poderiam apoiar determinadas condutas que se mostram tão pouco profícuas em países com estruturas etárias, econômicas, produtivas e culturais muito díspares das regiões propagadoras de tais ideologias.

A revista *Veja* configura-se como uma das publicações mais lidas e com uma capilaridade bastante estendida dentro do nosso país. *Veja* foi lançada em 11 de setembro de 1968, com uma gigantesca campanha de marketing. Inicialmente, a revista não teve uma aceitação tão grande por parte dos leitores, devido ao grande número de informações e poucas figuras. A reversão do fracasso inicial é creditada a um agressivo esforço para aumentar a circulação da revista através de assinaturas. Somado a isso, a própria publicação passou por reformulações – capitaneadas por seu editor-chefe, Mino Carta – entre elas a introdução das páginas amarelas. Em 1988, sua tiragem chegou em 800 mil exemplares, tornando-se a quinta maior revista semanal de informação do mundo, figurando na quarta posição (com 1,208 milhão) poucos anos depois, atrás apenas da *Time* (1º colocada com 4,63 milhões), *Newsweek* (2º colocada com 3,15 milhões) e *U.S. News & World Report* (3º colocada com 2,4 milhões), todas dos EUA (MIRA, 2001). Desta forma, escolhemos apreciar se a revista *Veja* foi um veículo de comunicação que difundiu o neoliberalismo durante 1989. Aspiramos, a partir das suas produções escritas, extrair o seu discurso.

A palavra discurso insere-se etimologicamente com a noção de curso, percurso, movimento. É a palavra em ação. De acordo com Juliana de Freitas Dias, “o discurso não é uma realização individual do sistema linguístico; ele ultrapassa a concepção saussureana de “parole” pois sua existência social é o seu fundamento” (DIAS, 2011, p.214).

Este tipo de abordagem, a análise do discurso, tem sua gênese na segunda metade do século XX, procurando avaliar a utilização da linguagem em discursos contextualizados de sujeitos que interagem, e as dinâmicas pelas quais dão forma linguística e criam significado em suas relações sociais. Ademais, a análise do discurso diz respeito há uma gama diversa de teorias e práticas com objetivos e finalidades bastante diferentes entre si e alimentam uma infinidade de orientações de pesquisa e disciplinas. Há uma abundância de doutrinas de análise de discurso, sustentadas por inferências subjetivas e direções teóricas distintas. Enfim, pontuado nosso referencial teórico, voltemos ao nosso objeto: O Brasil.

A República Federativa do Brasil, no final da década de 1980 pode ser revelada como uma contradição, quando comparada com 2017. O país, por um lado, era fundamentalmente diferente; por outro, intrinsecamente semelhante. De fato, houve diversos avanços: aumento exponencial da expectativa de vida, democratização do ensino superior, aumento vertiginoso da taxa de alfabetização, alteração do parque fabril nacional, consolidação e modernização de várias instituições democráticas, etc. Contudo, há problemas que perduram até hoje e apresentam-se temporalmente intransponíveis: diferenças socioterritoriais intensas, concentração de renda, desigualdade social, modelo econômico voltado à exportação de commodities, entre outros exemplos.

A década de 1980 possui um rótulo bastante pejorativo: a famosa “década perdida”. Indubitavelmente, existem áreas onde os aperfeiçoamentos foram ordinários ou talvez até inexistentes. Tal chavão surge predominantemente da área econômica, lugar onde emanavam problemas como a dívida externa, a inflação galopante, planos monetários fracassados, o crescimento pífilo, a moratória da dívida. Entretanto, esta década também foi palco de mudanças importantes em nosso país, notadamente no campo político: o fim do regime militar e a eleição do primeiro presidente civil, a aprovação do voto aos analfabetos, a legalização de todos os partidos políticos, a instituição do voto direto para presidente e a promulgação de uma nova constituição.

AS PERSONALIDADES DAS PÁGINAS AMARELAS DA REVISTA VEJA EM 1989

Avaliaremos agora as páginas amarelas da revista Veja, buscando averiguar como ela participou desta acentuada disputa política e ideológica sobre a redemocratização que o ano de 1989 foi palco. Além da análise do discurso propriamente dita, é importante lembrarmo-

nos de Pierre Bourdieu, sociólogo francês, e de sua exploração exógena ao discurso. De acordo com ele, a força ilocucionária das expressões não está apenas nas palavras, mas também na posição social do interlocutor e na legitimidade delegada a ele de um grupo social respectivo (BOURDIEU, 1996).

EDIÇÃO 1061 – 4 DE JANEIRO DE 1989: OCTÁVIO GOUVÊA DE BULHÕES

A repórter da revista *Veja*, Mariza Louven, na introdução do diálogo elenca as credenciais do professor e seus feitos quando ministro da Fazenda e o caracteriza como um economista da linha ortodoxa. O título da entrevista é “Remédio para a crise”. Inicialmente, já verificamos seu diagnóstico para os problemas econômicos no país: a inflação, mazela nacional central, deve ser debelada imediatamente:

[...]As empresas estão, atualmente, com bastante liquidez. Dispõem de recursos que podem ser aplicados para reiniciar os investimentos. Até agora os investimentos não vêm sendo realizados porque os horizontes são tão conturbados que não estimulam a execução de projetos de longo prazo. As empresas não estão investindo porque não há confiança no futuro. Mas, no ano que vem, é possível haver recuperação dos investimentos. Basta que o governo decida eliminar a inflação. Existe vontade de produzir, vontade de progredir. O que não podemos é desperdiçar essa vontade, que é a grande qualidade do empresariado brasileiro e dos trabalhadores nas empresas (VEJA, 04/01/1989, p. 5).

Bulhões, desta forma, professa o mainstream no prognóstico e na dinâmica de crescimento econômico nacional. De acordo com o pensamento ortodoxo, a partir do ponto que as condições macroeconômicas estão estabilizadas e o nível de preços, uma destas variáveis, ancorados junto às expectativas dos agentes, o empresário, vislumbrando lucros a realizar e motivado pelo que Schumpeter denomina “espírito animal”, estaria disposto a renunciar a liquidez e invertê-la em investimentos produtivos, movimentando as turbinas da economia brasileira (SCHUMPETER, 1982). O papel do Estado, de uma forma bastante singela:

A receita existe e é muito simples: o governo tem que reduzir suas despesas até o ponto em que sejam equivalentes à receita que obtém com a arrecadação tributária. Essa é a receita. [...] A ideia, repito, é apenas que o governo só gaste o que arrecada. Quando tomar esta decisão, o orçamento estará equilibrado, eliminando, assim, a causa fundamental da inflação. Desse momento em diante, não haverá mais necessidade de corrigir a moeda, porque a causa essencial da inflação terá sido debelada (VEJA, 04/01/1989, p. 5).

O entendimento da fonte primária do processo inflacionário também é manifestado aqui de forma clara. O aumento do nível geral de preços é causado, segundo a corrente ortodoxa, através de três formas: aumento de custos gerais (choques de oferta, pressão de salários maiores), aumento do poder aquisitivo dos compradores e consequente tensão na oferta de produtos ou através da contaminação da inflação passada, nos indicadores de preços futuros, quando há uma âncora psicológica bastante intensa e os agentes econômicos apenas olham o “retrovisor” do nível de preços. Denominamos cada uma dessas formas de inflação de custos, inflação de demanda e inflação inercial (GARCIA; VASCONCELOS, 2011).

As três formas de inflação têm mecanismos de combate bastante claros e sua acomodação, de acordo com o pensamento liberal, é custosa, econômica e socialmente, mas factível. A dificuldade surge quando o Estado apresenta sucessivos déficits em suas contas nominais e, para financiar este saldo negativo em suas rubricas, acaba imprimindo dinheiro e a moeda, concomitantemente, é desvalorizada. Dito de outra forma, a inflação para esta corrente de pensamento é um fenômeno estritamente monetário. Mas esse não é o único diagnóstico.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), por exemplo, publicou inúmeros estudos com abordagens e conclusões diferentes. De forma bastante sintética, a inflação é vista como um fenômeno que emana do conflito distributivo entre as nações e transfere-se internamente através da taxa de câmbio. As nações periféricas têm em sua pauta de exportações produtos in natura (commodities), e geralmente tem desvantagens no comércio internacional quando comparadas aos produtos industriais com alto valor agregado. O contínuo e histórico desfavorecimento destes termos de troca são a força motriz para o surgimento da inflação (VASCONCELOS, 2011).

Na sequência da entrevista aqui analisada, a repórter Mariza Louven pergunta a Bulhões se, já que a receita para acabar com a inflação é simples, por que o governo não consegue combatê-la. Bulhões admite que o congresso não aceitaria um orçamento fixo, mas que o governo poderia simplesmente tomar a decisão, mesmo sem apoio político. Louven questiona se isso seria possível em um ano com eleições presidenciais como o de 1989, e a resposta de Bulhões é um exercício de futurologia bastante acertado:

As eleições não têm importância. É capaz de um programa anti-inflacionário sério dar muito mais crédito ao governo. É capaz, até, de fazer o governo vencer qualquer eleição debelada (VEJA, 04/01/1989, p. 6).

No final da entrevista, a revista posiciona-se de forma bastante conservadora quando pergunta para Bulhões se o controle da inflação poderia conter o avanço das esquerdas. Implicitamente, o questionamento está impregnado com uma inquietação como se um possível fortalecimento de um diferente ramo político fosse uma mazela por si só. Será que é função de uma revista que se apresenta “informativa” utilizar-se de tal expediente? Esta forma de elaboração da questão denota uma expressão política clara, contaminando e colocando em xeque a função precípua da imprensa.

Ademais, a entrevistadora emenda uma preocupação, perguntando se na opinião de Bulhões, caso o governo não tomasse decisões firmes para diminuir a instabilidade econômica, haveria risco da eleição como presidente de Lula, do PT. O entrevistado, bastante objetivo, responde que “o resultado das eleições municipais foi um reflexo da escalada inflacionária” e que a eleição de Lula “não está fora de propósito”. Seu tom, contudo, foi muito mais técnico e menos ideológico do que a entrevistadora.

EDIÇÃO 1084 – 21 DE JUNHO DE 1989: ROBERTO CAMPOS

O repórter da Veja, Tales Alvarenga, apresentou Campos como “opponente da esquerda no campo das receitas econômicas”, demonstrando claramente sua linha ideológica. O título da entrevista é “Um país fora de moda”. Inicialmente, Alvarenga questiona o motivo da impossibilidade governamental em vencer a inflação. De acordo com Campos:

Para combater a inflação, Brasília se valeu do instrumento mais brutal e mais fracassado de intervencionismo, que é o congelamento de preços. Essa linha de combate equivocada explica por que a inflação está de volta. [...] Há quarenta séculos de experiência negativa neste terreno. O congelamento de preços só tem operado em períodos de guerra, quando aliado ao racionamento, ou então como simples complemento de uma política de austeridade monetária e fiscal. No Brasil, o que está faltando é justamente essa política de austeridade (VEJA, 21/06/1989, p.5).

Com o intuito de vencer a inflação, o governo brasileiro, a partir de meados da década de 1980, tentou uma série de planos econômicos, todos eles caracterizados como heterodoxos. A alcunha emanava dos métodos altamente dissonantes da tradição econômica do pensamento dominante de lidar com o descontrole de preços. Uma das justificativas para isso, era que o processo inflacionário no Brasil tinha uma dinâmica particular e diferente dos processos

inflacionários inerciais conhecidos. Após o fracasso do gradualismo, adotado entre 1985 e 1986 (MODIANO, 1990), o governo decretou o primeiro deles: O Plano Cruzado.

Em 12 de junho de 1987, o governo implementa outra experiência heterodoxa: O Plano Bresser. Um pouco diferente em suas aspirações do Plano Cruzado – não buscava zerar a inflação, mas sustentá-la em um patamar baixo – incluiu em seu rol de novas reformas mais um congelamento de preços. Em dezembro de 1987, 6 meses após a adoção do plano, a inflação oficial estava no patamar de 14%, demonstrando a falência do pacote e a incapacidade do congelamento de preços em lidar com a inflação crônica brasileira (MACARINI, 2009).

Alvarenga concentra sua próxima questão em relação as eleições presidenciais no Brasil em 1989. Ele pergunta se com a eleição do novo presidente da República, como as coisas mudariam. Campos responde:

As perspectivas não são muito boas. Basta dizer que o Leonel Brizola não tem uma ideia nova há trinta anos [...] Luís Ignácio Lula da Silva baseia sua mensagem num conceito negativo, o de luta de classes, ideário já abandonado até mesmo nos países socialistas. Lula, além disso, acentua a transferência de culpa para diabos externos, como a dívida e as multinacionais[...] Collor é um fenômeno eleitoral inédito na História do Brasil. Descobriu intuitivamente um samba com duas notas de grande sonoridade: a tônica do moralismo, através do combate ao marajá, e atônica da renovação, através da oposição ao governo Sarney. [...] [Ulysses Guimarães] seu desinteresse pelos assuntos econômicos é alarmante. Como político profissional, interpreta a economia como um mundo onde se requisitam recursos, e não um mundo onde se tem de competir por recursos (VEJA, 21/06/1989, p.6).

Percebemos, assim, o pessimismo do entrevistado em relação ao futuro presidente do Brasil. Por um lado, conceituou a esquerda como um grupo de ideias negativas e retrógradas, com eficácia natimorta - vide a experiência socialista - culpando o mundo externo pela inabilidade em prover crescimento e desenvolvimento econômico para seus cidadãos. Por outro, acusa a situação – centrista do ponto de vista ideológico – da incapacidade de entender a importância dos assuntos econômicos no cotidiano, devido a lacuna em seu programa de governo. Por último, é desconfiado em relação a surpresa eleitoral de 1989. Alvarenga aproveita o ensejo e questiona quais seriam as ideias de Campos para o Brasil. Sua resposta:

Acho que o Brasil precisa de duas visões mobilizadoras. A primeira é a do capitalismo democrático, quer dizer, o casamento da democracia política com a economia de mercado, isso que se chama de neoliberalismo. A segunda visão está na integração do país no mercado mundial. O Brasil não



faz nenhuma dessas duas coisas e está fora da corrente do progresso. Nosso país não apresenta hoje as características essenciais da modernidade, visíveis em todo o mundo e, de maneira notável, na próspera franja asiática. Essas características se centram sobre alguns princípios – privatização, desregulamentação da economia, abrandamento fiscal e integração no mercado mundial. O Brasil faz tudo ao contrário. [...] No Brasil, o Estado se infiltra em toda a vida produtiva para atrapalhar. Criam-se obstáculos inimagináveis à importação, exigindo-se licença prévia para a compra no exterior de 1500 produtos, numa de 2800, quando essa licença é uma coisa em desaparecimento no mundo, até mesmo na América Latina. O México, por exemplo, exige licença prévia para a importação de apenas meia dúzia de produtos. No Brasil, inventam-se ainda dificuldades enormes para a entrada do capital estrangeiro, como se estivéssemos nadando em dinheiro. Protegem-se certos setores, como a informática, da concorrência externa – e o que resulta disso é que o consumidor tem de engolir produtos de qualidade inferior e preço superior aos do mercado internacional. Há algum tempo, a participação do Brasil no comércio internacional era de 1,3%. Nos anos 80, nossa fatia caiu para menos de 1% (VEJA, 21/06/1989, p.6, grifos nossos).

O neoliberalismo – liberalismo neoclássico – refere-se ao ressurgimento do liberalismo econômico, evento recorrente desde 1970. Em síntese, o neoliberalismo associa a economia do laissez-faire a uma filosofia social essencialmente conservadora. Essa onda iniciou-se nos países onde o capitalismo estava mais desenvolvido – EUA e Inglaterra – respectivamente nos governos de Ronald Reagan (1981-1989) e Margareth Thatcher (1979-1990). Contudo, não se restringiu a eles - Helmut Kohl na Alemanha (1982-1998) e Augusto Pinochet no Chile (1973-1990) são outros exemplos. A partir do final da Segunda Guerra Mundial, várias nações do mundo adotaram o receituário keynesiano como política econômica somada a uma política social de ampla proteção social, cuidando do cidadão “do berço ao túmulo”, o chamado Estado de Bem-Estar Social (*welfarestate*). Em idos de 1970, por inúmeros fatores, essa rede foi aos poucos sendo desmantelada e o keynesianismo questionado (PADRÓS, 2000).

Assim, de forma ativa, os governos dos países centrais implantaram novas reformas econômicas: privatizações, diminuição do alcance das políticas sociais, liberalizações econômicas, desregulamentação financeira, entre outras medidas. A essência deste movimento é permitir ao mercado a alocação dos recursos produtivos, eliminando, de acordo com eles, a excessiva intervenção governamental, que, ao final, não é eficiente, além de injusto. Todo este arcabouço econômico teve sua justificativa ideológica ratificando o papel único do indivíduo, a importância da meritocracia e o peso do Estado. De certa forma, o

neoliberalismo corresponde a um fundamentalismo de mercado, já que este último é interpretado, em termos práticos e morais, como superior ao governo e a toda forma de controle político (HEYWOOD, 2010).

Roberto Campos, em determinado momento da entrevista, faz uma curiosa afirmação:

Para começar, no Brasil nem mesmo existe capitalismo. O capitalismo pressupõe três coisas: liberdade de acesso ao mercado, sistema de preços e regras estáveis de direito. Não temos isso (VEJA, 21/06/1989, p.6).

Indubitavelmente essas características – pelo menos na sua forma plena – não estavam presentes na economia brasileira. Mas aqui cabe um adendo; quando comparada aos países desenvolvidos. A liberdade de acesso ao mercado, principalmente em 1989, era, sim, muito mais obstaculizada. Não só havia o entendimento que certos setores são estratégicos e devem ser protegidos, como a reserva de mercado é uma forma de defender o ambiente interno e os empregos brasileiros. Logicamente esse tipo de ação protecionista gera problemas. Mas não podemos esquecer como os atuais apologistas do livre comércio, em períodos não tão passados, defenderam seus mercados com unhas e dentes e, até hoje, não abrem concorrência em setores estratégicos; ou, se abrem, as empresas nacionais recebem vultosos subsídios governamentais.

Sobre o sistema de preços, é bastante claro como a inflação crônica deste período resulta em distorções econômicas. Em primeiro lugar, sobre o balanço de pagamentos, através das diferenças de preços internas e externas e seus reflexos nos saldos comerciais; em segundo lugar, sobre o mercado de capitais, já que o valor da moeda deteriora-se rapidamente há um desestímulo nas aplicações pré-fixadas; sobre as expectativas empresariais, onde a falta de ancoragem nos preços nubla as previsões dos empreendedores, prejudicando a obtenção dos lucros e inibindo investimentos; e por último, na distribuição da renda, pela redução relativa do poder aquisitivo das classes que dependem de rendimentos fixos, que possuem prazos legais de reajuste. (VASCONCELOS, 2011).

Sobre as regras estáveis de direito, provavelmente este é o ponto nevrálgico. O Estado deve sempre garantir o cumprimento dos contratos. Não há ambiente favorável ao comércio e a atividade empreendedora se não houver um claro compromisso da autoridade estatal com as diretrizes e normas do sistema jurídico. Mas aparentemente no Brasil, a confiança na mera aprovação e inscrição das regras sobrepujou sua fiscalização e cumprimento. É a dinâmica da “*overregulation-underfiscalization*”. Esclareço: nos preocupamos mais em legislar e incluir

nos diversos dispositivos jurídicos as intermináveis normas e regras que permeiam as atividades econômicas que esquecemos de fazê-las serem cumpridas. O resultado é um país com diversas emendas constitucionais, portarias, leis-ordinárias onde, na prática, elas funcionam como meras sugestões, prejudicando quem preocupa-se em atendê-las, já que não são todos que o fazem. Ademais, essa dinâmica de “*overregulation-underfiscalization*” transborda do ambiente econômico para todas as facetas da vida cotidiana brasileira. Resultado: temos um estado altamente burocratizado, lento e obstaculizante. Corroborando essa afirmação, Roberto Campos, ao citar fatores positivos no cenário econômico-político brasileiro em 1989, argumenta:

É a constatação de que a doença do Brasil está predominantemente no setor público. O setor privado está relativamente capitalizado. Nota-se, além disso, que a empresa reage bem aos desafios que enfrenta. Ela se mostra flexível num ambiente desfavorável. As safras agrícolas e o surto exportador são provas de flexibilidade. O coeficiente relativamente baixo de desemprego é outra prova. Também se deve mencionar o surgimento de uma economia informal (VEJA, 21/06/1989, p.8).

Por fim, Roberto Campos mostra-se um otimista com a globalização, com os blocos econômicos e com o comércio internacional, creditando a esse um papel essencial para o crescimento e desenvolvimento econômico de qualquer nação. Respondendo ao repórter Tales Alvarenga, ele argumenta que, “dentro de algum tempo, o país que continuar desgarrado de uma unidade maior estará condenado a ficar para trás” e emenda que, caso voltasse ao ministério da Fazenda “daria um choque de liberdade na economia, para começar. E aplicaria uma política de austeridade monetária e fiscal. Eu procuraria congelar as emissões de moeda em vez de congelar os preços” (VEJA, 21/06/1989, p.8).

EDIÇÃO 1089 – 26 DE JULHO DE 1989: JEFFREY SACHS

Em 1989, com apenas 34 anos, Jeffrey David Sachs foi entrevistado pela repórter Flávia Sekles. O título da entrevista é “Receita de país sério”. Inicialmente, Sekles questiona Sachs sobre as medidas adotadas pelos governos brasileiros para combater a inflação, principalmente as últimas: congelamento de preços e salários. De acordo com o professor:

Sempre querem resolver as coisas por encanto. Mas não só isso. Erra-se no diagnóstico dos problemas econômicos desses países. Sempre se elege o mercado como o principal culpado pela inflação. Congelar preços é uma providência fluida, ineficaz – o que funciona é injetar confiança no mercado. Só em inflações relativamente baixas – de 5% a 10% ao mês – o



congelamento funciona, quebrando a inércia da corrida dos preços. [...] A indexação da economia brasileira injeta uma certa inércia na inflação. Mas a principal inércia é o governo ruim e seus enormes déficits orçamentários. Esse é o grande problema inercial do Brasil. Quando essa inércia for quebrada, se poderá abandonar instrumentos exóticos como o congelamento de preços e salários. [...] Há tremendas pressões inflacionárias sobre a economia brasileira. O déficit orçamentário está fora do controle e não há nenhum esforço do governo para tentar diminuí-lo antes das eleições. O fato de o governo não ter credibilidade e ser incapaz de tomar qualquer atitude pode gerar instabilidades no período pré-eleitoral. O nervosismo da sociedade pode fazer a hiperinflação detonar (VEJA, 26/07/1989, p.5).

O diagnóstico de Sachs identifica no déficit público a causa primária da inflação. Como já discutido aqui, identificamos três fontes do processo inflacionário – inflação de demanda, inflação de custos e inflação inercial. Com a indexação da economia brasileira – lembremos que os empresários, os trabalhadores, o governo e vários setores organizados da sociedade buscam sempre reajustar seus preços cada vez mais formalmente através de revisões periódicas de seus custos – os agentes econômicos tendem, ao invés de reajustar seus preços na expectativa futura, atualizá-los sempre olhando a inflação passada, o que contamina e retroalimenta o processo inflacionário (VASCONCELOS, 2011). Essa inflação inercial era, em determinados círculos, diagnóstico dominante sobre a causa da inflação crônica brasileira (BRESSER PEREIRA E NAKANO, 1983). Contudo, somado a isso, tinha-se o problema de financiamento dos gastos do governo.

Jeffrey Sachs rejeita e taxa como “exótica” qualquer solução não convencional para o descontrole de preços. De acordo com ele, a inexistência de credibilidade do governo não o permite ter a função de balizador e norteador do nível de preços. Os agentes econômicos não se ancoram nas informações estatais. A falência política, dessa forma, está ligada, umbilicalmente, a incompetência econômica.

A repórter questiona Sachs sobre as consequências negativas das receitas anti-inflacionárias aconselhadas por ele, principalmente as adotadas na Bolívia. De acordo com Sachs:

Brasil e Argentina assistem à lenta agonia de suas economias. Os investimentos são feitos em nível menor do que deveriam, a capacidade produtiva está diminuindo, a infraestrutura está abandonada e as grandes cidades, como o Rio de Janeiro, estão falidas. Num quadro desses, o padrão de vida do país só tende a diminuir. Não fazer nada, não proteger ninguém apenas torna o naufrágio inevitável. Num choque do tipo boliviano, em que se combatem todas as mazelas da economia, o ganho é maior do que as

perdas porque no fim volta-se a investir e o país cresce. O desemprego pode ser uma das consequências dramáticas a curto prazo, mas é menos doloroso do que as estratégias gradualistas e enganosas que o Brasil e a Argentina têm usado até agora (VEJA, 26/07/1989, p.6).

O processo hiperinflacionário boliviano foi o único conhecido não resultante dos efeitos póstumos de uma guerra civil, guerra externa ou revolução. Na verdade, uma soma de dinâmicas políticas e econômicas mais gradativas levaram a Bolívia a experimentar, em um período de doze meses – de agosto de 1984 a agosto de 1985 – um aumento do nível de preços de 20.000%, sendo que nos últimos três meses deste período a taxa anualizada foi de 60.000%. Em síntese, os preços cresceram desta forma na Bolívia motivados, em um primeiro momento, pelo do imposto inflacionário, já que não havia outra forma de financiar o aumento das taxas de juros internacionais na década de 1970/1980. O segundo foi o aumento da arrecadação via seignorage. O terceiro foi o colapso do sistema de arrecadação fiscal do governo central da Bolívia, quando esta caiu de 9% do PIB em 1981 para 1,3% do PIB em meados 1985. A cartilha aconselhada para lidar com tal problema centrou-se em cinco aspectos (quatro explícitos e um implícito): a desvalorização e subsequente flutuação da taxa de câmbio; um abrupto e imediato redução no déficit fiscal através de um aumento das tarifas públicas e um congelamento dos salários dos servidores; um aumento dos impostos; a assinatura junto ao FMI de um acordo para implementação futura. O elemento implícito foi a continuação da moratória decretada em meados de 1985, mesmo com os protestos do FMI (SACHS, 1987).

A despeito do sucesso em debelar a hiperinflação, o programa – lançado em 29 de agosto de 1985 através do decreto 21060 - levou a uma taxa maciça de desemprego, já que houve flexibilização do mercado de trabalho facilitando as demissões, além de anulação da indexação dos salários em geral e o congelamento dos salários do setor público em específico. Ademais, ocorreu o fechamento de 18 das 23 minas da Corporación Minera de Bolivia (COMIBOL). Os grandes centros da mineração estatal são privatizados e os efeitos sociais são devastadores: pelo menos 27.000 operários demitidos, 65% dos trabalhadores do setor público (ANDRADE, 2012).

Sekles pergunta a Sachs quais seriam as medidas adotadas na Bolívia que ele recomendaria ao Brasil. De acordo com ele:



Várias. A principal é pôr ordem no orçamento do governo. [...] No Brasil, o sistema de arrecadação é escandaloso. Os ricos não pagam impostos e, enquanto isso não mudar, o país não voltará a crescer como uma nação civilizada. [...] O Brasil tem negociado péssimos acordos com os bancos, continua a pagar juros e ainda faz conversões de dívida. Tudo isso alimenta a inflação. É essencial uma nova estratégia que force os bancos a aceitarem maiores perdas nas negociações da dívida. [...] O Brasil tem um enorme mercado interno, e o protecionismo lhe é menos prejudicial do que à Argentina, mas mesmo assim seu comércio é regulamentado em demasia (VEJA, 26/07/1989, p.6).

As soluções de Sachs, implicitamente, seguem uma linha intermediária entre a ortodoxia e a heterodoxia. Por um lado, advoga a necessidade de eliminação ou redução drástica do déficit público, normalmente pela solidarização do ônus para todas as camadas: tanto congelamentos e desindexações dos salários – para as classes trabalhadoras – como uma majoração nas contribuições compulsórias dos melhores socialmente colocados. Ademais, aconselha a liberalização comercial como um dos pilares para a reconstrução da economia nacional, na medida em que, com as fronteiras abertas, novos produtos e novas empresas dinamizarão o mercado interno, modernizando o parque fabril e, no limite, levando o ganho de eficiência a toda a população, seja expandindo as linhas domésticas onde os países tem habilidade e efetividade, seja eliminando as empresas com processos arcaicos e fora dos padrões mundiais.

Por outro lado, Sachs tem bastante clareza de como, principalmente na questão da dívida, deve-se proceder. Na Bolívia, mesmo com inúmeras reformas consideradas neoliberais, os pagamentos internacionais só foram recontinuados após o país apresentar condições para tal e em termos bastante favoráveis. Dessa forma, os países devem usar sua posição de devedor - praticamente insolventes - para repactuar as cláusulas em seu favor. Não são poucos estudos que mostravam as transferências maciças de recursos de países de terceiro mundo para os de primeiro mundo, justamente pela majoração das taxas de juros a partir de meados de 1970. A América Latina transferiu um total de US\$221 bilhões, sendo US\$75 bilhões Brasil, US\$33 bilhões Argentina e US\$72 bilhões o México, mas o saldo acumulado da dívida externa passou de US\$116 bilhões em 1979, para US\$574 bilhões em 1995 (CANO, 1998, p.103). Economias raquíticas alimentando economias pujantes. Logicamente, os organismos supranacionais, especificamente o FMI, é explicitamente contra uma suposta

truculência e impassividade deste tipo de negociação. Mas, em termos práticos, é a forma que tem apresentado melhores resultados para as nações periféricas.

A repórter, por fim, identifica essas diferenças e questiona qual a diferença entre as propostas de Sachs e do FMI. Sua resposta:

O FMI tem uma ideia básica que é correta, ou seja, que a principal fonte de inflação é o déficit público e a incapacidade dos governos adequarem seu nível de gastos à receita. Neste ponto estamos de acordo. Mas temos vários pontos de conflito e eles acham minhas teses muito controversas. Eu acredito que uma forma de equilibrar o déficit é cancelar uma grande fatia da dívida externa (VEJA, 26/07/1989, p.8).

O Fundo Monetário Internacional foi criado na conferência internacional de Bretton Woods (New Hampshire – EUA) realizada em 1944. Em síntese, ele evita possíveis instabilidades, eliminando práticas discriminatórias e restritivas aos pagamentos multilaterais, além de socorrer os países a ele associados quando da ocorrência de desequilíbrios transitórios em seu balanço de pagamentos (MISHKIN, 1998; VASCONCELOS & GARCIA, 2011; ASSAF NETO, 2015).

As diferenças de diagnósticos entre o FMI e Jeffrey Sachs podem ser explicadas através da própria estrutura e controle da instituição, que evidentemente não é democrática. O FMI possui uma capacidade expressiva de prover liquidez – atualmente, 475 bilhões de DES (Direito Especial de Saque) – mas esses recursos fluem de seus membros, através da subscrição de cotas. Essas cotas são baseadas no tamanho relativo do país-membro dentro da economia mundial.

Dentro desta formação e dinâmica decisória, é bastante claro como o processo pode facilmente ser enviesado por interesses nacionais. De fato, um pequeno grupo de países, dependendo do seu peso no comitê, praticamente pode controlá-lo. Ademais, há muito tempo o FMI vem sendo criticado por não levar em conta os interesses dos países mais pobres e em maiores dificuldades econômicas. Desta forma, Jeffrey Sachs, como um acadêmico e estudioso ligado essencialmente a descobrir e sanar os problemas da agenda econômica acaba divergindo em vários pontos e defendendo uma linha frontalmente oposta ao FMI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança brusca de plataformas de desenvolvimento durante a década de 1990 teve seu ponto de partida na eleição de 1989, onde, em síntese, duas narrativas disputavam o espaço político. Uma delas pretendia convencer a população da função social e econômica do Estado. Essa narrativa pretendia demonstrar todas as vantagens, principalmente para os mais humildes, em haver um agente econômico central, regulador econômico, formador de práticas econômicas e balizador do ambiente de negócios, além da sua função social de mitigar, através da transferência de renda, a situação de paupériedade de parte da população. Por outro lado, tínhamos uma outra narrativa, considerada pró-mercado. O Estado, por esse prisma, é um interventor pesado, desestabilizador das trocas entre os agentes econômicos. Ele executa suas funções de forma burocrática e morosa, através de uma regulação em demasia, causando ineficiência ao processo econômico como um todo, além, de forma geral, ser objeto de apropriação por uma parte da população, sendo instrumento concentrador de benesses e de privilégios para poucos.

Das vinte e quatro entrevistas avaliadas, apenas três delas (12,51%) foram com personalidades da ala mais progressista e considerados genuínos da esquerda ideológica; oito deles (33,16%) pertenciam ao que chamamos de direita-moderada e defensores de concepções ortodoxas com algumas variações não-convencionais. Os demais - treze entrevistados (54,33%) – são caracterizados por convicções direitistas-liberais e alinhados a ampla base da ortodoxia econômica mundial.

A economia não é uma ciência exata. Apesar disso, pode haver estudos científicos apontando comportamentos e práticas sociais benéficas para determinados espaços e populações. A nossa pesquisa demonstrou que a revista, indubitavelmente, devido ao contexto da época marcado sobremaneira pela ameaça hiperinflacionária, priorizou entrevistas com economistas ortodoxos. Estas personalidades traziam soluções ampla e internacionalmente aceitas para tais desafios. Contudo, é notória o espaço exíguo dado pela revista para outras formas de pensar os desafios nacionais, ratificando uma aposta do periódico no modelo liberal. Não obstante, um ambiente formado pelo conflito de opiniões diferentes subjaz a própria ideia de progresso e a falta de equilíbrio do debate acaba por mitigá-lo, colocando em risco um dos pilares da própria ideologia liberal. Ademais, é um erro crasso para publicações que se afirmam imparciais e perseguidoras da verdade ter tal expediente em suas redações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, E.O. Capital e trabalho na economia política boliviana contemporânea. **Revista Caderno de Ciências Sociais**, vol. 3, fundação ABC, pp. 91-133, 2012.

ASSAF NETO, A. **Mercado Financeiro**. 13ª edição. São Paulo: Atlas. 2015.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas: O que falar quer dizer**. São Paulo: Edusp, 1996.

BRESSER PEREIRA, L; NAKANO, Y. The Theory of Inertial or Autonomous Inflation. In: **The Political Economy of Inflation**. p.65-82. Boulder, Lynne Rienner Publishers. 1983.

CANO, W. **Introdução à Economia: uma abordagem crítica**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CARDOSO, F. H. **A miséria da política: crônicas do lulopetismo e outros escritos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

DIAS, J. F. Analistas de discurso e sua prática teórica e metodológica. **Cadernos de Linguagem e Sociedade (L&S)**, Universidade de Brasília, Vol 12 (2), p.213-246. 2011.

GARCIA, M. E; VASCONCELOS, M.A.S. **Fundamentos de Economia**. São Paulo: Saraiva. 2011.

HEYWOOD, A. **Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo**. São Paulo: Ática, 2010.

MACARINI, J. P. **A política econômica do Governo Sarney: os Planos Cruzado (1986) e Bresser (1987)**. Textos para Discussão. IE/UNICAMP, nº157, mar. 2009.

MIRA, M. C. **O leitor e a banca de revistas: a segmentação da cultura no século XX**. São Paulo: Olho d'Água, 2001.

MISHKIN, F.S. **Moeda, bancos e mercado financeiro**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1998.

PADRÓS, E. R. Capitalismo, prosperidade e Estado de Bem-estar Social. In: Reis, Daniel Aarão Filho; Zenha, Celeste. **O século XX – o tempo das crises. Revoluções, fascismos e guerras**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SACHS, I. **Desenvolvimento numa Economia Mundial Liberalizada e Globalizante: um desafio impossível**. Estudos Avançados 11(30): 213-242, 1997.

SCHUMPETER, J.A. **A teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural. 1982.

VASCONCELOS, M.A.S. **Economia: Macro e Micro**. São Paulo: Atlas. 2011.